

"DOE ORGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO-SRP № 023/2020

Município de Santana da Boa Vista

Todas as Secretarias deste Órgão

Edital de Pregão Eletrônico-SRP nº 023/2020

Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Processo nº 023/2020

Edital de Pregão Registro de Preços para aquisição de Arquivos de Aço para atendimento de todas as Secretarias Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que a sessão pública será realizada através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, mediante a Pregoeira Iclea Bembom dos Santos Brião, designada pela Portaria nº 822/2019, objetivando o registro de preços para o fornecimento dos bens descritos no item 2 deste Edital, processando-se esta Licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17-07-2002, e do Decreto Municipal nº1.708/2005, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93.

1. DO LOCAL, DATA E HORA:

- 1.1 A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, às 10 horas do dia 06 do mês de Agosto do ano de 2020, horário de Brasília-DF.
- 1.2 Somente poderão participar da Sessão Pública as Empresas que apresentarem propostas, através do site descrito no item 1.1., até às 9 horas do mesmo dia.
- 1.3 Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta Licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.



"DOE ORGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"

2. DO OBJETO:

2.1

Item	Descrição	Unidade	Mínimo	Máximo	Estimado	Valor
						Total
						Estimado
						R\$
01	Arquivo de aço 4 gavetas.	Unid.	03	15	05	3.440,00

3. PARTICIPAÇÃO:

- 3.1. Poderão participar do presente Pregão Eletrônico a Empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto a documentação constante neste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao órgão Provedor do Sistema, através www.portaldecompraspublicas.com.br
- 3.2. Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 3.3. A Empresa participante deste Certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição, e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.
- 3.4. Não será admitida a participação de Empresas que se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que estão ou tenham sido declaradas inidôneas.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

- 4.1 Para participar do pregão, o licitante deverá se Credenciar no Sistema "PREGÃO **ELETRÔNICO**", através do site www. portaldecompraspublicas.com.br
- 4.1.1 O Credenciamento dar-se-à pela atribuição da chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 4.1.2 O credenciamento do Licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu Representante Legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 4.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do Licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Santana da Boa Vista-RS, promotor da Licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.



"DOE ORGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"

5. ENVIO DAS PROPOSTAS:

- 5.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-à por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, contendo marca dos produtos, valor unitário de cada item, e demais informações necessárias até o horário previsto no item 1.2 deste Edital.
- 5.2 O Licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
- 5.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Pregão Eletrônico.
- 5.4 Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos, que não correspondem às especificações contidas no Objeto e Anexos deste Edital, serão considerados.
- **5.5** Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:
- a) Referência ao número deste Edital;
- b) Preço unitário para o item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais após a virgula;
- c) Marca e especificação detalhada do objeto ofertado, consoante às exigências editalícias;
- d) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da Sessão deste Pregão Eletrônico, caso de ausência será aceito e considerado o referido prazo.
- 5.6 Poderão ser admitidos pela Pregoeira erros de natureza formais, desde que não comprometam o interesse Público e da Administração.

6. ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO:

6.1. A Pregoeira via sistema eletrônico, dará início à sessão pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta.

7. FORMULAÇÃO DE LANCES:

- 7.1 Aberta a etapa competitiva (sessão pública), o licitante deverá encaminhar lances, No exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.
- 7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO PARA A UNIDADE **DO ITEM**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 7.3 Somente serão aceitos os lances cujos valores forem por menor valor ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 7.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar no sistema eletrônico.



7.5 Durante a sessão pública da Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real,

do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.6 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão da Pregoeira, mediante

encaminhamento de aviso pelo sistema, sendo-lhe facultada a prorrogação. Após o

encerramento feito pela Pregoeira, transcorrerá o período aleatório de até 30 (trinta)

minutos determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada

a recepção de lances.

7.7 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão

Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos

lances, retornando à Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos

realizados.

7.7.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão

Eletrônico será suspensa, e terá início somente após a comunicação expressa aos participantes.

7.8 Após o fechamento da etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema

eletrônico, contrapropostas diretamente ao Licitante que tenha apresentado o lance com menor

valor total obtido, ou decidir sobre a sua aceitação.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1 Após análise da Proposta e documentação, a Pregoeira anunciará o Licitante Vencedor.

8.2 Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito, ou se o Licitante

vencedor desatender as exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou lance

subsequente, verificando a sua aceitabilidade, procederá a sua habilitação na ordem de

classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma

proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.3 Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao projeto proposto pelo Licitante Vencedor, em razão

das especificações indicadas na Proposta, a Pregoeira poderá solicitar ao Licitante declaração

expedida pela Empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como

condição necessária para a adjudicação do objeto.

8.3.1 O Licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pela

Pregoeira, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

9. HABILITAÇÃO:

9.1 A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dentro do envelope

os seguintes documentos

9.1.1 Declara que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal,

conforme modelo do Decreto Federal nº 4.358-02.



- **9.1.2** Declaração de inexistência de Servidor Público ou Agente Político no quadro funcional da Empresa.
- 9.1.3 Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.
- **9.1.4** A Empresa que afirmou no dia da sessão que se enquadra nos benefícios dos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, **declaração**, firmada por contador ou Representante Legal da Empresa, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- **9.1.4.1** As Cooperativas que tenham auferido no ano calendário anterior, receita bruta de até o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 a 6.18 e 7.2, deste Edital, conforme o disposto no art.34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, **declaração** firmada por Contador ou Representante Legal, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como beneficiária, além de todos os documentos previstos neste Edital.

9.1.5 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial e/ou última alteração, no caso de Empresa individual;
- **b)** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- **d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.6 REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio da Sede da Licitante;
- c) Prazo de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou Sede do Licitante;
- d) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo e Serviço (FGTS).

9.1.7 QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA:

 a) Certidão Negativa de Falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida da pessoa física, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento;



- **9.2** As declarações deverão ser devidamente assinadas pelo sócio-proprietário da Empresa, ou seu representante legal, desde que seja anexada a Procuração.
- 9.3 A proposta vencedora ajustada ao lance, juntamente com os documentos exigidos pela habilitação, originais ou cópias autenticadas, serão encaminhados ao Setor de Licitações do Município de Santana da Boa Vista-RS, situado na Rua Independência, 374, Centro, no prazo de 03 (três) dias úteis após a Sessão do pregão Eletrônico prorrogável por igual período, em envelope fechado e rubricado, para ser protocolizado, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA-RS REGISTRO DE PREÇO – PREGÃO ELETRÔNICO № 023/2020 RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE CNPJ

- 9.3.1 A proposta deverá estar devidamente assinada pelo sócio-proprietário da Empresa, ou seu Representante legal, desde que seja anexada a Procuração com poderes específicos para o fim.
- **9.3.2** A critério da Pregoeira, o prazo previsto no item 9.3 deste Edital, poderá ser prorrogado.

10. DO PARECER TÉCNICO:

- **10.1** Para efeito de adjudicação deste Pregão, se necessário, a Pregoeira encaminhará o Processo à Secretaria Municipal responsável, a fim de que seja emitido Parecer Técnico referente à proposta vencedora.
- **10.2** Ocorrendo a desclassificação da Empresa vencedora, os autos serão devolvidos à Pregoeira, para que esta realize nova negociação com as demais empresas, obedecendo-se a ordem de classificação, por menor do item.
- 10.3 Somente após tal procedimento, a Pregoeira fará a adjudicação à Empresa Vencedora.

11. IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO:

- **11.1** As impugnações ao ato convocatório do Pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio do formulário eletrônico:
- 11.1.1 Caberá à Pregoeira, decidir sobre a impugnação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;
- **11.1.2** Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.



"DOE ORGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"

12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

- 12.1 Caberá recursos nos casos previstos na Lei Nº 1.520/2002, devendo o licitante manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando, suscintamente, suas razões após o término da sessão de lances.
- 12.1.1 A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pela Pregoeira.
- 12.2 O licitante que manifestar a intenção de recurso e a mesma ter sido aceita pela Pregoeira disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias.
- 12.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso, e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao Licitante vencedor.
- **12.4** O recurso contra a decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.
- 12.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por e-mail, Correios ou entregues pessoalmente.
- 12.7 Decairá o direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, o licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 12.8 Poderão aderir a este Processo de licitação todos os órgãos desta Administração.
- 12.9 Os recursos orçamentários, para fazer frente às futuras aquisições decorrentes da presente licitação, serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

- 13.1 A adjudicação do objeto do presente Certame será viabilizada pela Pregoeira, sempre que não houver recurso.
- 13.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente, e só poderá ser realizada após o recebimento da ata de registro assinada, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14.RESPONSABILIDADES DO LICITANTE VENCEDOR:

- 14.1 Entregar o objeto licitado conforme especificações deste Edital, e em consonância com a proposta de preços apresentada pelo licitante;
- 14.2 Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



- **14.3** Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
- **14.4** Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados pela ineficiência ou irregularidades cometidas na entrega do objeto deste Pregão.
- **14.5** Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;
- **14.6** Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, **que correrão por conta exclusiva do licitante vencedor.**

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- **15.1** Pela recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços e Termo Contratual e encaminhar em original para o contratante, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, não se aplicando a mesma, à empresa remanescente, em virtude da não aceitação da primeira convocada;
- **15.2** Pelo descumprimento das condições estabelecidas no ajuste, a Contratada fica sujeita às seguintes penalidades:
- 15.2.1 Pelo atraso injustificado na entrega do objeto da Licitação;
- **15.2.1.1** Superior a 05 (cinco) dias, multa de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;
- **15.2.1.2** Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do projeto não entregue;
- **15.2.2 Suspensão temporária** do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução ocasionar prejuízos à Administração;
- **15.2.3 Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- 15.3 Se a Licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no Processo Licitatório, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de 05 (cinco) anos, impedido de Contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;
- **15.4** A sanção de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos:
- I Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega do veículo;
- II Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços das Secretarias Municipais, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;



15.5 A penalidade de suspensão será cabível quando o Licitante participar do Certame e for verificada a existência dos fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão, quando o Licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços das Secretarias Municipais.

16. RESCISÃO:

16.1 A rescisão das obrigações decorrentes do Presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

17. DA ENTREGA:

17.1 A entrega será em até 15 (quinze) dias, na Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista-RS, na Rua Independência, 374 em Santana da Boa Vista-RS, CEP 96590-000.

]

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- **18.1** É falcultado à Pregoeira, auxiliada pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da Licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na Proposta.
- **18.2** A critério da administração, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o Artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- **18.3** A apresentação da Proposta de Preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se, o licitante, às sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.
- **18.4** Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta Licitação serão prestados pela Pregoeira Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores do Município de Santana da Boa Vista-RS
- **18.5** Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, que decidirá com base na legislação em vigor.
- **18.6** A Secretaria Municipal de Administração não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Adjudicatário a terceiros, sejam estes fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- **18.7** O Município de Santana da Boa Vista-RS, poderá rescindir o Contrato ou Ata de Registro, mediante comunicação expressa e com antecedência de 10 (dez) dias.
- **18.8** Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista-RS, na data marcada, a sessão realizar-se-à no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local.



18.9 O Município de Santana da Boa Vista-RS, reserva-se o direito de anular ou revogar a Presente Licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

19. DOS ANEXOS:

19.1 Fazem parte deste processo os seguintes anexos:

ANEXO I - Memorando Interno

ANEXO II - Termo de Referência.

Santana da Boa Vista, 03 de Julho de 2020.

Este Edital foi examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica

SILVIA PEREIRA OLIVEIRA
PROCURADORA JURÍDICA
OAB-RS. 71.822

Iclea Bembom dos Santos Brião
Pregoeira Oficial
Portaria 822/2019



"DOE ORGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"

ANEXO I



Estado do Rio Grande do Sul Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé" "Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

Memorando Interno

Secretaria Municipal de Administração.

Data: 29/05/20

Memorando Nº 014/2020

A Secretaria Municipal de Administração, através da Secretária, solicita abertura de processo licitatório no sistema registro de preço para aquisição de arquivos de aço para todas as Secretarias da Administração Pública Municipal, conforme descrição no Termo de Referência em anexo.

PAMELA URRUTH DE MELO

Secretária Municipal de Administração.

Comunicação de Dotação Orçamentária para Processo Licitatório

Para preenchimento do Setor de Contabilidade

Considerando o Memorando acima enumerado e o Termo de Referência anexo, venho informar os Códigos de Classificação Orçamentária para realização da despesa solicitada, fonte de recursos e dotações disponíveis no

Órgão	Função	Sub- Função	Programa	Projeto/Atividade		ão	,	
Categoria Econômica	Código Despesa	Fonte de Recurso		Descrição	Desdob. Despesa	Saldo da Dotação Orçamentária	Reserva de Dotação	Nº Reserva
						3		

Data:

* PRÓPRIO * FUNDO 4 FUNDO (KEXERAL

Setor de Contabilidade

Para preenchimento da Secretaria da Fazenda

Considerando a Dotação Orçamentária acima classificada, temos disponibilidade financeira nos seguintes recursos:

Código do Recurso	Saldo Disponível (R\$)	Em Disponibilidade	Aguardar disponibilidade	Forma de Pagamento

MAURO BORBA KRUSSER

Secretário Municipal da Fazenda

Prefeitura de Santana da Boa Vista

Rua Independência, 374 - Santana da Boa Vista, RS - CEP: 96590-000 CNPJ: 88.141.460/0001-80 | Telefone: (53) 3258-1186 | (53) 3258-1238 | (53) 3258-1215



"DOE ORGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"

Anexo II



Estado do Rio Grande do Sul Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista "Terra de Luta e Fé" "Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Registro de preço para aquisição de arquivos de aço, para atender necessidades de todas as Secretarias da Administração Pública Municipal.

JUSTIFICATIVA

Com o desgaste dos anos, os arquivos de aço vão se deteriorando, além disso a demanda por esse tipo de material aumentou, fazendo com que sua aquisição sem licitação se tornasse inviável.

DAS CONDIÇÕES É DO LOCAL DE ENTREGA

A entrega deverá ser feita no horário entre 08:00 e 14:00 hs no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista-RS, na Rua Independência, nº 374 em Santana da Boa Vista-RS, CEP 96.590-000.

ESPECIFICAÇÕES E VALOR DE REFERÊNCIA

O valor de referência obteve se a partir da média de três orçamentos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. MIN.	QUANT. MÁX.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNIT.	TOTAL ESTIMADO
01	Arquivo de aço 4 gavetas.	03	15	05	R\$ 688,00	R\$ 3.440,00

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 15 dias após o recebimento do material e da Nota Fiscal.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações legais, a Contratada deverá:

- Entregar o objeto licitado, conforme especificações deste termo, em consonância com o resultado da licitação;
- Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Providenciar a imediata correção dos defeitos ou irregularidades apuradas pelo Município contratante;
- Arcar com eventuais prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros por ocasião da entrega dos produtos objeto do registro de preços.
- Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão exclusivamente por sua conta;

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

Prefeitura de Santana da Boa Vista

Rua Independência, 374 - Santana da Boa Vista, RS - CEP: 96590-000 CNPJ: 88.141.460/0001-80 | Telefone: (53) 3258-1186 | (53) 3258-1238 | (53) 3258-1215





Estado do Rio Grande do Sul Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé"
"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

- A. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente através de pessoa por ela credenciada;
- Receber e conferir a procedência e especificação do objeto ora licitado;
- Comunicar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados com o Contrato:
- D. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares, concedendo-lhe prazo para defesa;
- Comunicar à CONTRATADA, por escrito, a aplicação de eventual penalidade, nos termos do Contrato.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Caso a Contratada não cumpra as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e em seus Anexos ocasionará desatendimento às condições contratadas, ficando sujeita a multas, rescisão contratual e demais sanções previstas nesses documentos, na Lei n.º 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

A inexecução, total ou parcial, do Contrato poderá, garantida a prévia e ampla defesa, ensejar, segundo a extensão da falta cometida, a aplicação das penalidades previstas nos artigos 86 a 88, da Lei n.º 8.666/93.

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 1) Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado um Servidor da Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista para acompanhar e fiscalizar, o qual competirá dirimir dúvidas que surgirem no curso do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados:
- 2) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

DA VALIDADE E VIGÊNCIA DO CONTRATO E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

A contratação de que trata o presente termo será de 12 (doze) meses a contar da data de homologação deste registro de preços.

FISCALIZAÇÃO

Fica designado a servidora Kátia Rodrigues Pedroso, como fiscal do referido contrato.

Pâmela Urruth de Melo Secretária Municipal de Administração Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista/RS

Prefeitura de Santana da Boa Vista

Rua Independência, 374 - Santana da Boa Vista, RS - CEP: 96590-000 CNPJ: 88.141.460/0001-80 | Telefone: (53) 3258-1186 | (53) 3258-1238 | (53) 3258-1215

